



ARTIGO

ÉTICA, ESCRITA E LEITURA DA HISTÓRIA: OS PROBLEMAS DA EXPECTATIVA E DA CONFIANÇA

Contato
Rua Primo Paganini, 941
18608-190 – Botucatu – São Paulo
ohara.jrm@gmail.com

 João Rodolfo Munhoz Ohara*

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho – Unesp
Franca – São Paulo – Brasil

Resumo

O funcionamento da verdade no texto de história não depende apenas de suas condições epistemológicas, mas também de uma relação ética entre historiador e leitor. Paul Ricoeur indicou que nessa relação se estabelece um pacto tácito de leitura, um contrato em que o historiador garante ao leitor que a narrativa apresentada é “verdadeira”. Michel de Certeau, de outro lado, trabalhou tanto sobre o funcionamento interno dessa maquinaria de produção de verdades (a operação historiográfica) quanto sobre o caráter ativo da leitura. Cruzando tais *insights*, proponho que devemos pensar a respeito dessa relação ética entre autor e leitor, considerada aqui nas categorias de confiança e expectativa.

Palavras-chave

Escrita da história – leitura da história – ética – confiança – expectativa.

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp onde atualmente realiza estágio pós-doutoral na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Franca – SP, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, processo n. 2017/26988-3.



ARTICLE

ETHICS, WRITING, AND READING OF HISTORY: THE PROBLEMS OF EXPECTATION AND TRUST

Contact
Rua Primo Paganini, 941
18608-190 – Botucatu – São Paulo
ohara.jrm@gmail.com

 João Rodolfo Munhoz Ohara
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho – Unesp
Franca – São Paulo – Brazil

Abstract

The functioning of truth in a history text does not depend only on its epistemological conditions, but also on an ethical relation between the historian and the reader. Paul Ricoeur proposed that such ethical relation is based upon a tacit reading pact, a contract in which the author ensures his reader that his narrative is “true”. On the other hand, Michel de Certeau has worked both with the internal functioning of the machinery that produces truth (the historiographical operation) and with the active character of the reading process. As such, I propose that one should engage with this ethical relationship between author and reader, and that such engagement can benefit from a reflection on the categories of trust and expectation.

Keywords

History writing – history reading – ethics – trust – expectation.

Muito do que foi publicado na área de teoria da história nas últimas décadas buscou perseguir a difícil questão da verdade e da representação histórica.¹ Em um resumo rápido, podemos lembrar dos debates em torno do *covering law model*, que propunha modelos para entender como o texto de história explicaria o passado através da busca de relações causais e, em última instância, de leis gerais da história;² ou as querelas em torno do narrativismo³ e do *insight* de que “histórias explicam narrando”, a partir do qual fluem diretamente os problemas em torno da estrutura narrativa da história (ela já está no passado ou é imposta do presente?)⁴ e em relação à representação

¹ Considerando, evidentemente, o cenário internacional, em especial de língua inglesa. Os debates aqui referidos chegaram apenas tardiamente ao Brasil e, em geral, filtrados por autores como Roger Chartier, produzindo um viés (negativo) significativo na recepção dos mesmos. Apenas muito recentemente se pode afirmar que exista alguma leitura rigorosa do debate narrativista, e, ainda assim, apenas nos círculos mais especializados.

² As referências principais permanecem: HEMPEL, Carl. The function of general laws in history. *Journal of Philosophy*, New York, v. 39, n. 2, p. 35–48, 1942; DRAY, William. *Laws and explanation in history*. Oxford (UK): Oxford University Press, 1957. Uma visada rápida nos primeiros números do prestigiado periódico *History and Theory*, fundado em 1961, dá conta da dimensão que o debate em torno do modelo explicativo da história gerou: parcela significativa dos artigos publicados conta, nos títulos, com termos como “[historical] explanation”, “[historical] laws”, “causation” e similares. Para os defensores do “covering law model”, a dificuldade de subsumir eventos históricos a leis gerais implicava que o texto histórico só poderia oferecer “esboços de explicação” [explanation sketches]. Mais recentemente, alguns autores vêm tentando revisitar o tema das “leis históricas” a partir de renovações na filosofia da ciência. Ver, por exemplo, ROTH, Paul. Varieties and vagaries of historical explanation. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 2, n. 2, p. 214–226, 2008; LEURIDAN, Bert & FROEYMAN, Anton. On lawfulness in history and historiography. *History and Theory*, Middletown, v. 51, n. 2, p. 172–192, 2012.

³ Já em 1962 Arthur Danto publica seu artigo sobre “Narrative sentences” e, em 1963, aparece “The historical understanding”, de W. B. Gallie. Em 1966, outros dois nomes importantes do debate narrativista aparecerão nas páginas de *History and Theory*: Louis Mink, com “The autonomy of historical understanding” e Hayden White, com “The burden of history”. Além desse, outro periódico importante para o debate narrativista é *New Literary History*, em que podemos encontrar outros textos importantes. Ver DANTO, Arthur. Narrative sentences. *History and Theory*, Middletown, v. 2, n. 2, p. 146–179, 1962; GALLIE, Walter Bryce. The historical understanding. *History and Theory*, Middletown, v. 3, n. 2, p. 149–202, 1963; MINK, Louis. The autonomy of historical understanding. *History and Theory*, Middletown, v. 5, n. 1, p. 24–47, 1966; WHITE, Hayden. The burden of history. *History and Theory*, Middletown, v. 5, n. 2, p. 111–134, 1966.

⁴ Contra o adágio de Louis Mink, segundo quem “Estórias não são vividas, mas contadas”. Cf. MINK, Louis. History and fiction as modes of comprehension. *New Literary History*, Baltimore, v. 1, n. 3, p. 541–558, 1970, p. 557. David Carr argumenta a favor da continuidade entre realidade e narrativa, de forma que o texto histórico não atuaria através da imposição de esquemas narrativos em uma realidade caótica. Ver CARR, David. Narrative and the real world: an argument for continuity. *History and Theory*, Middletown, v. 25, n. 2, p. 117–131, 1986. Para Paul Ricoeur, embora exista uma estrutura pré-narrativa da existência, ela só é capaz de ganhar

histórica.⁵ Apenas muito recentemente, em parte na esteira do *memory boom*, outros temas ganharam ares de urgência.⁶ Como observa Chris Lorenz,

Tanto os problemas de ontologia quanto os de política, justiça e ética em relação à história haviam sido rigorosamente “ignorados” na agenda da teoria da história como “pseudoproblemas” durante o reinado do empirismo, então faz sentido interpretar tal fato [a tomada de atenção a tais problemas] como “o retorno do recalcado”.(LORENZ, 2011, p. 33)⁷

Mas, com maior ou menor ênfase, o problema das *práticas* dos historiadores permaneceu presente: a pergunta feita por Michel de Certeau em 1975, “que fabrica o historiador quando ‘faz história’?”, (CERTEAU, 2002)⁸ continua pertinente e relevante aos que se debruçam sobre as questões teóricas da historiografia moderna.⁹

Considerar o problema das práticas impõe uma reflexão sobre *o que são* essas práticas. Na esteira de abordagens recentes na história da ciência e da historiografia, parece-me justo afirmar que o domínio de técnicas de leitura e análise não basta para que um indivíduo “se torne historiador”. Tornar-se historiador é também cultivar uma série de características subjetivas, apropriar-se de uma fisionomia social reconhecível, incorporar disposições epistêmicas, mas também éticas e políticas, que não são apenas condição de pos-

sentido por meio da narrativa; ver RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983, v. 1, p. 113-114. Para Carr, essa cisão é inaceitável; ver CARR, Narrative and the real world, p. 119-120.

⁵ Sobre a representação histórica, Frank Ankersmit é um dos autores que desenvolveu mais longamente uma reflexão sobre a natureza e os elementos da narrativa histórica como representação. Uma equipe da Universidade Estadual de Londrina se encarregou de publicar no Brasil uma coletânea de textos de Ankersmit traduzidos para o português no esforço de construir uma boa introdução à sua obra. Cf. ANKERSMIT, Frank Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012.

⁶ Ver, por exemplo, a querela em torno do estatuto epistêmico do testemunho enquanto fonte para a história e enquanto narrativa histórica por si só, de cujos representantes o mais emblemático seria o debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White em torno da representação do Holocausto.

⁷ LORENZ, Chris. History and theory. In: SCHNEIDER, Axel & WOOLF, Daniel (ed.). *The Oxford History of Historical Writing: historical writing since 1945*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011, p. 33. Todas as citações em língua estrangeira (inglês e francês) foram traduzidas livremente. Por motivos de ordem prática deste pesquisador, optei por usar os materiais em suas línguas originais, mesmo no caso de existirem traduções para o português.

⁸ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2002 [1975]. Folio Histoire.

⁹ Em nota anedótica, é relativamente comum ouvir que autores como Hayden White “não consideram a dimensão *prática* da disciplina”, “a prática da pesquisa”, e que esse excesso de foco no *texto* histórico prejudica sua análise teórica. Trata-se, a meu ver, de leitura equivocada da obra de Hayden White, para a qual o livro “Hayden White” de Herman Paul pode ser uma excelente correção. Ver PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge (UK): Polity Press, 2011a.

sibilidade para o exercício de uma dada prática, mas também marcas de um *reconhecimento* que é propriamente social.¹⁰ E, como afirmam Lorraine Daston e Peter Galison, “O domínio de práticas científicas está inevitavelmente ligado ao domínio de si, o cultivo assíduo de um certo tipo de subjetividade. E onde o sujeito é alistado tanto como escultor quanto como escultura, o *ethos* surge quer queira, quer não” (DASTON & GALISON, 2007, p. 40).¹¹

Levando em conta a importância do aspecto ético na reflexão sobre as práticas do historiador, assim como o *insight* de Paul Ricoeur de que a leitura de textos históricos está submetida a um pacto tácito de leitura,¹² a hipótese que este texto se dedica a investigar é a seguinte: o funcionamento da ver-

¹⁰ Ver, para a história da ciência, SHAPIN, Steven. *The scientific life: a moral history of a late modern vocation*. Chicago: University of Chicago Press, 2008; DASTON, Lorraine & SIBUM, H. Otto. Introduction: scientific personae and their histories. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1–8, 2003; DASTON, Lorraine & GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007; e DASTON, Lorraine & LUNBECK, Elizabeth (org.). *Histories of scientific observation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011. Para a história da historiografia, PAUL, Herman. Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History and Theory*, Middletown, v. 50, n. 1, p. 1–19; Idem. The scholarly self: ideals of intellectual virtue in nineteenth-century Leiden. In: BOD, Rens; MAAT, Jaap; WESTSTEIJN, Thijs (ed.). *The making of humanities: from early modern to modern disciplines*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012, p. 397–411; Idem. The heroic study of records: the contested persona of the archival historian. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 67–83, 2013; ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Inventing the archive: testimony and virtue in modern historiography. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 8–26, 2013; HUISTRA, Pieter. The trial of Henry of Brederode: historians, sources and location under discussion in 19th-century historiography. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 50–66, 2013; OLIVEIRA, Maria da Glória de. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. *Lusíada*, Lisboa, n. 9/10, p. 191–207, 2013; e OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980–1990). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 170–183, 2016.

¹¹ DASTON, Lorraine & GALISON, Peter. *Objectivity*, op. cit., 2007, p. 40. A sequência da citação também é esclarecedora: “É útil para nosso propósito distinguir entre o ético e o moral: o ético se refere aos códigos de conduta normativos que estão fortemente ligados com um modo de ser no mundo, um *ethos* no sentido da disposição habitual de um indivíduo ou grupo, enquanto moral se refere a regras normativas específicas que podem ser sustentadas ou transgredidas e às quais se pode ser responsabilizado”. *Ibidem*, p. 40.

¹² A reflexão desenvolvida por Ricoeur acaba enveredando por caminhos distintos dos que tomarei aqui. Ademais, empresto dele o *insight* mais geral, condensado na frase de abertura de seu artigo: “O leitor do texto histórico *espera* que o autor lhe proponha uma ‘narrativa verdadeira’, e não uma ficção”. Cf. RICOEUR, Paul. L’écriture de l’histoire et la représentation du passé. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 55, n. 4, p. 731–747, 2000, p. 731 (grifo meu). Se Ricoeur reflete sobre a capacidade do historiador de honrar o contrato de leitura, aqui gostaria de pensar a relação eminentemente ética que sustenta esse pacto – a confiança e a expectativa de um leitor em relação ao historiador que lhe escreve.

dade do texto histórico se assenta em uma relação de *confiança* e de *expectativa* estabelecida em um contrato de leitura entre historiador e leitor.¹⁵ Michel de Certeau é emblemático aqui: de um lado, seus esforços para investigar as estratégias textuais usadas pelos historiadores para produzir a credibilidade de suas narrativas permanecem paradigmáticas (CERTEAU, 2002, p. 119-142);¹⁴ de outro, suas pesquisas a respeito da leitura enquanto atividade de apropriação, de jogo com os limites do texto, ainda não foi devidamente explorada no que se trata da produção de verdade pelo texto histórico (CERTEAU, 1990, p. 239-255).¹⁵ Assim, gostaria de pensar o caráter ético da relação de confiança que sustenta o contrato de leitura e a expectativa do leitor de que está frente a uma “narrativa verdadeira”. Ético, não porque ligado a um corpo de normas de conduta, mas porque constitutivo de lugares de subjetividade: o lugar do autor *competente* e *confiável*, a quem cabe traduzir a alteridade do passado para o presente, e do leitor enquanto indivíduo para o qual o historiador tem uma *responsabilidade* de bem informar.

O texto será dividido nas seguintes seções: em primeiro lugar, veremos como a tensão entre escrita e leitura presente na obra de Michel de Certeau tem consequências diretas para o problema da verdade no texto de história; em seguida, debruçar-me-ei sobre os contornos e as condições do contrato de leitura estabelecido entre historiador e leitor, seguindo o *insight* de Paul Ricoeur; por fim, argumentarei pela centralidade do problema da confiança

¹⁵ O argumento é uma versão localizada do argumento mais amplo da especialização, que consiste em que, na impossibilidade prática de tudo conhecer, nós, enquanto indivíduos, delegamos a outros indivíduos a tarefa de conhecer diferentes aspectos da realidade, estabelecendo uma relação de confiança e de autoridade epistêmica – em suma, presume-se que o delegado cumpriu adequadamente sua tarefa. Cf. ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Epistemic authority: a theory of trust, authority, and autonomy in belief*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012. Se a relação de confiança que sustenta o texto histórico é redutível à relação de confiança nas ciências em geral, ou em toda atividade cognitiva, ou se existe algo de específico e particular no caso da historiografia, trata-se de questões a serem resolvidas futuramente.

¹⁴ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., 2002, p. 119-142.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990, p. 239-255. Há leitores que enfatizam que Michel de Certeau não teria tratado do papel e do lugar do leitor, mas tal afirmação me parece apenas parcialmente correta, como veremos à frente. É bem verdade que em *L'écriture de l'histoire* Certeau apenas postula que a narrativa histórica produz uma cisão e estabelece lugares de autor e de leitor (ver p. 125 e 132-133), mas, como aponto neste texto, a homologia entre as imagens da produção (em *L'écriture*) e do consumo (em *L'invention*) não são meramente acidentais, e não é arbitrário aplicar à leitura da história o esquema interpretativo da leitura *tout court* desenvolvido no segundo momento.

e da expectativa para qualquer reflexão rigorosa sobre o funcionamento da verdade do texto histórico.¹⁶

1. Michel de Certeau: entre escrita e leitura

Em seu livro de 1975, *A escrita da história*, Michel de Certeau se debruçou longamente sobre diversas dimensões envolvidas na produção do texto de história. Se a primeira parte do livro, “Produções do lugar”, provavelmente permanecerá a mais conhecida e citada do livro, é porque é lá que Certeau articula mais claramente os problemas de maior peso para a teoria da história: as complexas relações entre o historiador, seu presente e seu passado, a combinação entre configurações sociais, normas epistêmicas e escrita para o funcionamento de um discurso verdadeiro sobre o passado, ou, finalmente, os “truques” dessa escrita para ocultar o trabalho de que é o produto.¹⁷

A década de 1970 foi certamente rica para os estudos teóricos sobre a história – seria difícil avaliar diferentemente uma década em que foram publicadas, em diferentes tradições teóricas, outras obras consideradas incontornáveis, tais quais *Como se escreve a história*, de Paul Veyne, ou *Metahistória*, de Hayden White.¹⁸ Mas Certeau se distingue entre seus pares por sua recusa em reduzir a história a qualquer um de seus polos: contra a confiança cientificista da história social de seu tempo, afirmou a necessidade dos instrumentos ficcionais enquanto condição para a existência da historiografia moderna tal como a concebemos; da outra ponta, contra o espectro do apagamento da

¹⁶ Neste sentido, ainda que em horizontes próximos, parece-me que minha investida toma rumos diferentes daqueles pelos quais optou Fernando Nicolazzi – no lugar do panorama histórico da questão da leitura da história, interessa-me a reflexão teórica sobre os elementos que estruturam a leitura da história. NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 523–545, 2010; Idem. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 63–77, 2013.

¹⁷ As partes seguintes do livro (“Produção do tempo”, “Sistemas de sentido” e “Escritas freudianas”) se dedicam a esclarecer a concepção de história como heterologia, proposta por Certeau, a partir das interfaces e relações entre história, etnologia e psicanálise.

¹⁸ VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971; WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973. Certeau comentou o livro de Veyne nas páginas dos *Annales*, mas não há registro de que tenha tido contato com a obra de White. O fato de que White só seria traduzido tardiamente para o francês não explica coisa alguma, na medida em que White e Certeau lecionaram na Califórnia em períodos próximos. CERTEAU, Michel de. Une épistémologie de transition – Paul Veyne. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 27, n. 6, p. 1317–1327, 1972.

credibilidade da disciplina, defendeu que reconhecer, analisar e colocar em questão a maquinaria de produção de verdades, a operação historiográfica, não implica debilitar suas capacidades cognitivas.¹⁹

Enquanto heterologia, saber do outro, a história está presa em tensões de impossível solução: quer-se discurso sobre o morto, sobre o estranho, mas permanece presa à linguagem e à imaginação do Mesmo, do presente; quer-se estabelecer como voz do Outro, mas só pode operar pela voz do Mesmo; quer-se ciência, mesmo recorrendo a uma estrutura ficcional. Essa tensão e o horizonte de instabilidade são, portanto, características centrais e inescapáveis do trabalho do historiador.

Porque o historiador está numa posição instável. Se prioriza um resultado “objetivo”, se visa colocar em seu discurso a realidade de uma sociedade passada e trazer à vida um morto, ele reconhece, contudo, nessa reconstituição, a ordem e o efeito de seu próprio trabalho. O discurso destinado a dizer o *outro* permanece *seu* discurso e o espelho de sua operação. Inversamente, quando retorna às suas práticas e lhes examina os postulados para renová-las, o historiador lá descobre limitações que se originam bem antes de seu presente e que remontam a organizações anteriores de que seu trabalho é o sintoma, não a fonte. (...) Assim fundada sobre a cisão entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não cessa de encontrar o presente em seu objeto e o passado em suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, crendo dar-lhes vida”. (CERTEAU, 2002, p. 58)²⁰

Certeau recusa a alternativa fácil, de tons edificantes, de considerar a história como ressurreição do passado.²¹ Maquinaria do presente, portanto, dos vivos, a operação historiográfica constitui uma maneira particular e histórica de dar sentido ao passado: “Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (CERTEAU, 2002, p. 78-79).²² Longe de habilitar a

¹⁹ Em suas palavras, “Supor uma antinomia entre uma análise *social* da ciência e sua interpretação nos termos da história das *ideias* é a dissimulação daqueles que creem que a ciência é ‘autônoma’, e que, sob tal dicotomia, consideram como impertinente a análise de determinações sociais, e como estranhas ou de caráter acessório as restrições que ela desvela”. Cf. CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., 2002, p. 89 (grifos do autor).

²⁰ Ibidem, 2002, p. 58.

²¹ “Também se diz que a história os ‘ressuscita’ [os mortos]. Literalmente, essa palavra é um engodo: a história não ressuscita nada. Mas ela evoca a função atribuída a uma disciplina que trata da morte como objeto de saber e, assim o fazendo, dá lugar à produção de uma troca entre os vivos”. Ibidem, p. 74.

²² Ibidem, p. 78-79 (grifos do autor).

historiografia moderna ocidental como a única ou a melhor maneira de dar sentido ao passado, Certeau nos convida a reconhecer sua historicidade. Nesse sentido, a importante nota número 5 que acompanha a expressão “práticas ‘científicas’” merece destaque, ao delimitar o alcance do termo “científico”:

O termo *científico*, bastante suspeito no conjunto das “ciências humanas” (onde é substituído pelo termo *análise*), não o é menos no campo das “ciências exatas” na medida em que remeteria a *leis*. Pode-se, contudo, definir por esse termo a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitam “controlar” as *operações* dedicadas à *produção* de objetos determinados. (CERTEAU, 2002, p. 435)²³

É apenas tomando por fundamento o conceito tensionado de história enquanto heterologia, tal qual proposto anteriormente, que podemos ter noção da importância dessa especificação do termo “científico”. Diferentemente do que Roger Chartier argumentou nos idos de 1998, a definição do “científico” em Certeau não nos leva a critérios desligados de determinações sociais²⁴ – muito pelo contrário, a reflexão teórica de Certeau, em seu conjunto, evidencia (1) a impossibilidade do discurso científico “isento”, liberado de seus limites históricos, *ao mesmo tempo* em que (2) essas determinações não invalidam as pretensões cognitivas de tais discursos.²⁵ Neste sentido, é apenas

²³ Ibidem, p. 435 (itálicos do autor).

²⁴ Em debate com Bonnie Smith, Chartier afirmou que “Parece-me, no entanto, que temos de distinguir firmemente entre a descrição social das desigualdades que habitaram e ainda habitam a disciplina histórica e a caracterização epistemológica das operações e controles que governam a produção de um discurso ‘científico’ – especialmente se o termo ‘científico’ for entendido, seguindo Michel de Certeau, como ‘a possibilidade de conceber um conjunto de regras que permitam o controle de operações adaptadas à produção de objetos ou fins específicos’. Tais critérios de validação não são ligados a uma instituição específica. Eles não são nem etnicamente fundados, nem orientados por gênero”. Cf. CHARTIER, Roger. Writing the practices. *French Historical Studies*, v. 21, n. 2, p. 255–264, 1998, p. 255–256). É perfeitamente legítimo que Chartier pense nessa distinção, ainda que ela seja teoricamente fraca, desde que não apele para a definição dada por Certeau, uma vez que me parece pouco crível afirmar que a definição de “científico” em Certeau nos leva a critérios “sem ligação com instituições”.

²⁵ Ian Hacking propôs argumento semelhante – ver, por exemplo, “Muitos construcionistas sociais em relação às ciências naturais parecem não gostar das ciências. Apesar disso, construcionistas não sustentam que as proposições recebidas nas ciências naturais são, em geral, falsas. Eles não desacreditam que artefatos, como aviões, projetados à luz de conhecimento científico, geralmente deixam de funcionar. Construcionistas são criaturas de hábito humano. Eles esperam que aviões te levem até algum lugar, e sabem que ciência, tecnologia e empresas são necessários para viagens aéreas”. Cf. HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge (US): Harvard University Press, 1999, p. 67. Pode-se ler, também, a seguinte afirmação de Michel Foucault, no mesmo sentido: “Pode-se dizer sem dúvida que a loucura ‘não existe’, mas isso não quer dizer que ela não seja nada. Em suma, trata-se de fazer o inverso daquilo que

com a análise rigorosa dos pressupostos de suas práticas que o historiador pode evitar cair “no dogmatismo dos ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’” (CERTEAU, 2002, p. 78).²⁶

1.1. Escrita e representação

Para além de seu valor enquanto análise estrutural da operação historiográfica, a reflexão de Certeau não se esquivou do problema eminentemente literário da *escrita* da história. Seu tratamento, no entanto, está longe de ser um estudo apenas formalista da narrativa histórica; para Certeau, a escrita também é uma prática do historiador: “De fato, a escrita historiadora – ou historiografia – permanece controlada pelas práticas de que resulta; mais ainda, *ela mesma é uma prática social* que dá ao leitor um lugar bem determinado (...)” (CERTEAU, 2002, p. 121-122).²⁷ A prática da escrita é instrumento professoral, demarcação de um lugar, de uma defasagem econômica de saber que constrói na figura do leitor ideal o turista a quem o historiador deve guiar.

Do ponto de vista textual, a combinação do discurso narrativo e do discurso lógico no discurso histórico – “o discurso histórico pretende entregar um discurso verdadeiro (que vem da verificabilidade), mas sob a forma de uma narração” (CERTEAU, 2002, p. 129)²⁸ – empresta ao texto histórico características peculiares. Da narrativa, o texto histórico empresta os termos da expansão de seus elementos – a sucessividade temporal – e, da lógica, os limites de seu conteúdo – a verificação das proposições.²⁹ Mas o “caráter metafórico” dessa configuração produz em si uma defasagem: “Atribui à explicação histórica um caráter entimemático. Desvia a causalidade para a sucessividade (*post hoc, ergo propter hoc*). Representa relações de coexistência como coerência etc.” (CERTEAU, 2002, p. 130).³⁰ É a essa defasagem que se liga o problema da credibilidade: se a narrativa histórica tem caráter entimemático, se suas avaliações de causalidade esbarram nos limites da irre-

a fenomenologia nos havia ensinado a dizer e a pensar, a fenomenologia que, grosso modo, dizia: a loucura existe, o que não quer dizer que ela seja qualquer coisa”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Gallimard; Seuil, 2004, p. 122.

²⁶ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., 2002, p. 78.

²⁷ Ibidem, p. 121-122 (grifo meu).

²⁸ Ibidem, p. 129.

²⁹ Hipótese muito próxima do narrativismo anglo-saxão. Trata-se, no entanto, de um diálogo e uma articulação ainda não realizados.

³⁰ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., 2002, p. 130.

petibilidade histórica, ou, em suma, se a narrativa histórica só pode operar nos limites do provável, a autoridade que assegura o relato deve vir de outro lugar. Para Certeau, ela vem da citação:⁵¹

Pelas “citações”, pelas referências, pelas notas e por todo aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (que Michelet nomeou de “crônica”), [o discurso histórico] se estabelece como *saber do outro*. (...) A linguagem citada tem como papel, assim, acreditar o discurso: como referencial, ela introduz um efeito de real; e, por sua desintegração, remete discretamente a um lugar de autoridade. Dessa maneira, a estrutura desdobrada do discurso funciona como uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança da narrativa e uma validação do saber. Ela produz a confiabilidade. (CERTEAU, 2002, p. 130–131)⁵²

É importante reter essa observação, que não tem nada de trivial. É certo que, se a citação é o fundamento da autoridade epistêmica do texto histórico, e se a citação produz o efeito de representação (isto é, a narrativa ocupa o lugar do outro ausente), temos no discurso histórico a produção *interna* de sua credibilidade. Desse ponto de vista, se a credibilidade se produz internamente ao texto histórico, justifica-se a longa querela em torno dos problemas da verdade *da* narrativa histórica: não importando a posição do autor ou do leitor, o texto histórico portaria *em si* um tipo de verdade que lhe dá *status* de representação do passado. Por isso seria importante investigar como uma representação do passado pode ser mais ou menos adequada a esse passado, ou as condições epistêmicas da produção de uma representação.⁵³ Se a verdade é propriedade do texto histórico, sua eficácia é apenas uma questão de desvio – tratar-se-ia de entender a “irracionalidade” do sujeito que não reconhece a verdade da narrativa.⁵⁴

⁵¹ Já há, hoje, literatura relativamente vasta sobre o papel da citação e da referência às fontes e aos arquivos enquanto fundamento da autoridade do historiador na historiografia moderna. Sobre as notas de rodapé, o trabalho mais conhecido permanece o de GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1999. Sobre a autoridade dos arquivos, ver TOLLEBEEK, Jo. “Turn’d to dust and tears”: revisiting the archive. *History and Theory*, Middletown, v. 43, n. 2, p. 237–248, 2004; e ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Relics of the past: antiquarianism and archival authority in enlightenment Germany. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 68, n. 2, p. 69–81, 2015.

⁵² CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., 2002, p. 130–131 (grifos do autor).

⁵³ Por exemplo, na extensa e rigorosa reflexão de Frank Ankersmit, Arthur Danto ou Louis Mink em torno do problema da representação.

⁵⁴ Em tempos de “*alternative facts*”, convém lembrar que a reflexão em torno da adequação da representação do passado não leva necessariamente ao ceticismo absoluto, tão facilmente apropriado no discurso político. Isso porque, embora a representação *in totum* não seja

Dito isso, é importante lembrar que o próprio Certeau traz, a seguir, o leitor enquanto parâmetro do texto, na figura de um destinatário ao qual se deve educar:

Citando, o discurso [histórico] transforma o citado em fonte de confiabilidade e léxico de um saber. Mas, por isso mesmo, ele coloca o leitor na posição do que é citado; ele o introduz na relação entre um saber e um não-saber. Dito de outra forma, *o discurso produz um contrato enunciativo entre o remetente e o destinatário*. Ele funciona como discurso didático, e o faz tanto melhor quanto dissimula o lugar de onde fala (ele apaga o eu do autor), apresenta-se sob a forma de uma linguagem referencial (é o “real” que vos fala), narre mais do que raciocine (não se discute uma narrativa) e tome o leitor lá onde estão (ele fala sua língua, ainda que de outra forma e melhor). (CERTEAU, p. 132-133)³⁵

Trata-se aqui da análise das *estratégias* pelas quais o discurso histórico apaga as marcas de seu trabalho e se apresenta enquanto representação. *A escrita da história*, como não poderia deixar de ser, é um longo estudo sobre a organização dessa parte específica do *dispositivo* produtor de verdades históricas. A citação e a configuração magistral do discurso histórico são ferramentas pelas quais o dispositivo historiografia *produz* seu espaço próprio, *delimita* áreas (de verdade), *circunscreve* tanto quanto possível seus usos e *ambiciona* a produção de uma *leitura inequívoca* de seus enunciados. Em que medida o texto atinge seu objetivo, no entanto, cabe à tensão entre ele e seu leitor resolver.

1.2. Leitura e apropriação

Estaríamos tranquilos no terreno sistemático da análise do texto histórico, não fosse o fato de que o próprio Certeau nos lembra do caráter inventivo da leitura enquanto processo de apropriação. Em *A invenção do cotidiano*, ambicioso projeto publicado em 1980, vemos sistematizada a complexa concepção de *apropriação* avançada por Certeau: sobre o traçado racionalizado do urbanismo, nas minúsculas ranhuras do panóptico, tratava-se de captar as “artes do fraco”, a margem de manobra que a instituição se esforça por restringir, mas que insiste em se insinuar sub-repticiamente no sistema.³⁶ A

passível de verificação, as frases descritivas sobre as quais ela se apoia o são. Neste sentido, uma representação do passado ainda está sujeita aos limites da verificação factual.

³⁵ CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*, op. cit., 2002, p. 132-133 (grifos meus).

³⁶ Neste sentido, ao contrário do que se poderia supor, a investigação de Certeau não se coloca necessariamente como contraponto à tese da sociedade disciplinar de Foucault, mas como o prolongamento lógico do ímpeto totalizante disciplinar. Ver, por exemplo, CERTEAU, Michel de. *Histoire et psychanalyse: entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 2002, cap. 6; FOUCAULT, Michel.

introdução geral do trabalho delimita os termos da tensão para a qual nos deseja chamar a atenção:

A uma produção racionalizada, expansionista tanto quanto centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde uma *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é ardilosa, dispersa, mas se insinua em toda parte, silenciosa e quase invisível, porque não se faz notar por seus próprios produtos, mas pelas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1990, p. XXXVII)⁵⁷

Visando nada menos que a racionalidade prática do caminhante que toma atalhos lá onde não se supunha possível, a pesquisa de Certeau e sua equipe se dedica a investigar o caráter *ativo* daquilo que outrora parecia *passivo*. Assim, a metáfora bélica expressa pelos conceitos de “estratégia” e “tática” busca definir os dois polos de uma caçada sem fim:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar suscetível de ser circunscrito como próprio e, portanto, de servir como base de uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. (...) Ao contrário, chamo de “tática” um cálculo que não pode contar com um lugar próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade visível. A tática não tem lugar a não ser o do outro. Ela se insinua, de maneira fragmentária, sem apanhá-lo por inteiro, sem poder tê-lo à distância. (CERTEAU, 1990, p. XLVI)⁵⁸

À estratégia do planejador urbano, munida dos instrumentos de sua própria racionalidade, do aparato de seu saber-poder, opõe-se a tática do caminhante, cuja razão só pode operar com aquilo que já lhe está dado. No lugar da mirada cartográfica, sempre totalizante, introduz-se a astúcia do viajante. Assim, enquanto “as estratégias são capazes de produzir, esqua-

Dits et écrits, II. 1976-1988. Paris: Gallimard, 2004, p. 190-207. Ver em especial, as afirmações de Foucault: “É preciso, assim, analisar o conjunto de resistências ao panóptico em termos de tática e estratégia, observando que cada ofensiva de um lado serve de ponto de apoio a uma contraofensiva do outro lado”. Ibidem, p. 206; ou, ainda, “Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, reclamam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência, e é porque existe a possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força e tanto mais astúcia quanto maior a resistência. De sorte que o que tento fazer aparecer é mais a luta perpétua e multiforme do que a dominação melancólica e estável de um aparato uniformizante”. Ibidem, p. 407.

⁵⁷ CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien*. op. cit., 1990, p. XXXVII (grifos do autor).

⁵⁸ Ibidem, p. XLVI.

drinhar e impor” certos tipos de operação, as táticas “só as podem utilizar, manipular e desviar” (CERTEAU, 1990, p. 51).³⁹

No capítulo dedicado à leitura (que trata como “*braconnage*”),⁴⁰ Certeau recusa a hierarquia segundo a qual “escrever é produzir um texto; ler é recebe-lo do outro sem marcar nele seu lugar, sem refazê-lo” (CERTEAU, 1990, p. 244).⁴¹ Ao contrário, caracteriza a leitura como atividade sub-reptícia, ilegal (no sentido de que perverte e subverte a *lei do lugar*, o sentido “autoral”), capaz de mexer ainda que momentaneamente no equilíbrio de forças que sustenta o discurso: “Portanto, se ‘o livro é um efeito (uma construção) do leitor’, deve-se considerar a operação deste último como um tipo de *lectio*, produção própria ao ‘leitor’. Essa produção não toma nem o lugar do autor, nem um lugar de autor. Ela inventa nos textos outra coisa que não sua ‘intenção’” (CERTEAU, 1990, p. 245).⁴²

Problema canônico da história das ideias e da história intelectual, a intenção autoral constitui questão ainda viva no campo da teoria da história.⁴³ Mas, na ausência de solução satisfatória, ou mesmo independentemente dela, a atividade leitora obedece a suas regras próprias.⁴⁴ Isso porque, nos termos de Certeau, enquanto o texto constitui o *lugar próprio* de um sistema de signos, capaz de delimitar (ainda que apenas parcialmente) sua interpretação, a atividade leitora constitui o preenchimento do *espaço de possibilidades*, em

³⁹ Ibidem, p. 51.

⁴⁰ A tradução literal do termo seria algo como “caça ilegal”, “caça furtiva” ou “caça predatória”; a tradução brasileira do livro trata como “operação de caça”. O “*braconnneur*”, que seria o “caçador”, também pode ser traduzido por “larápio”. O sentido da expressão, parece-me, aponta para a capacidade de um indivíduo atuar furtivamente, sorrateiramente e à revelia da lei local.

⁴¹ CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien*, op. cit., 1990, p. 244.

⁴² Ibidem, p. 245 (grifo do autor).

⁴³ Ver, por exemplo, o intencionalismo de Mark Bevir ou o contextualismo de Skinner e Pocock. BEVIR, Mark. *The logic of the history of ideas*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999; SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3-55, 1969; POCOOCK, John Greville Agard. *Politics, language, and time: essays on political thought and history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989 [1971].

⁴⁴ Não cabe aqui uma revisão bibliográfica da já extensa literatura sobre a história da leitura produzida nos moldes propostos por Roger Chartier, nem a respeito dos problemas da estética da recepção. Isso porque, mais do que elaborar uma teoria da leitura da história, a preocupação central de nosso programa consiste em observar os problemas éticos suscitados a partir da consideração de que a leitura constitui atividade criativa, e que o sentido do texto histórico e suas ambições de verdade só podem vir a cabo no horizonte da leitura. CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; ISER, Wolfgang. *The act of reading: a theory of aesthetic response*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978; JAUSS, Hans Robert. *Toward an aesthetic of reception*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

que uma série extensa de leituras legítimas se enfrentam pelo monopólio do sentido.⁴⁵ Ora, esse conflito de leituras (a do autor incluída) ainda pode ser caracterizado do ponto de vista de uma política da leitura:

Essa ficção do “tesouro” escondido na obra, cofre-forte do sentido, não tem por fundamento, evidentemente, a produtividade do leitor, mas a *instituição social* que sobredetermina sua relação com o texto. (...) A utilização do livro pelos privilegiados o estabelece como segredo do qual eles são os “verdadeiros” intérpretes. (...) Desse ponto de vista, o sentido “literal” é o indicador e o efeito de um poder social, aquele de uma elite. (CERTEAU, 1990, p. 248)⁴⁶

Eis que a leitura tomada por arena política deve sempre levar em conta as assimetrias de poder entre autor e leitor, e entre leitores. Isso porque o conflito pelo monopólio da interpretação não se reduz a algum critério simplista de adequação entre texto e leitura, mas também às diferentes instâncias (sempre sociais) em que a leitura acontece.

Se essa perspectiva parece desconcertante ainda hoje no que se refere à literatura ficcional, cujo caráter artístico de certa forma deixa mais maleáveis as possibilidades de interpretação, no tocante à leitura de textos munidos de pretensão de verdade (como no caso da história) a situação é ainda mais complicada.⁴⁷ De um lado, o texto histórico se situa em alguma posição entre dois polos no que se refere aos limites que impõe ao leitor – é certamente mais limitado que o romance, mas seu uso da linguagem corriqueira não lhe permite o nível de restrição reservado às ciências mais “duras”, formalizadas, como a física, ou abstratas, como a matemática. De outro, as afinidades entre a história e a política favorecem a polêmica em torno dos “usos do passado” – o que constantemente frustra parcela dos historiadores que se sentem incapazes de “controlar” os usos práticos do passado, ou desprezados e des-

⁴⁵ Aqui, parece-me, reside a grande contribuição de Roger Chartier (apropriando-se ele mesmo das reflexões de Certeau) para a história da leitura, no sentido de que ela chama nossa atenção e leva em consideração as condições materiais da leitura, seus protocolos, a interação entre um *leitor historicamente situado* e um texto que se lhe apresenta materialmente. Assim, ultrapassando os limites estreitos de uma concepção de leitor universal, caberia ao historiador e ao cientista social investigarem as relações entre condições sociais e prevalência de leituras. Cf. SAPIRO, Gisèle. The sociology of reception. In: SCHILDGEN, Brenda Deen & HEXTER, Ralph (ed.). *Reading the past across space and time: receptions and world literature*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

⁴⁶ CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien*, op. cit., 1990, p. 248 (grifos do autor).

⁴⁷ Basta notar as querelas em torno de temas históricos, como os regimes ditatoriais, os crimes contra a humanidade ou outras atrocidades históricas que vêm sendo paulatinamente apagadas dos livros de história em seus respectivos países.

valorizados por uma sociedade que não lhes dá a devida palavra. Apesar disso, independentemente da posição normativa que se assuma no que se refere ao estatuto das “leituras heréticas”, sua simples existência indica que o autor não é senhor absoluto do sentido de seu texto e que, nas ranhuras das estratégias textuais (a nota de rodapé, a citação), o leitor ainda assim não está totalmente sob o jugo da intenção autoral. É aqui que o *insight* de Ricoeur nos permite avançar.

2. Paul Ricoeur: o pacto tácito de leitura

Em “Escrita da história e representação do passado”,⁴⁸ Paul Ricoeur investiga filosoficamente a capacidade de o historiador honrar o *pacto tácito* de leitura que estabelece com seu leitor. Em suas palavras, “O leitor do texto histórico espera que o autor lhe proponha uma ‘narrativa verdadeira’, e não uma ficção. A questão que se coloca é saber se, como, e a que ponto tal pacto tácito de leitura pode ser honrado pela escrita da história” (RICOEUR, 2000, p. 731).⁴⁹ Ao longo de dezoito páginas, o filósofo investiga tal questão no confronto entre a capacidade crítica das operações historiográficas (termo que empresta explicitamente de Certeau) e os problemas da fidelidade e do reconhecimento da memória.

Propondo uma fenomenologia da memória fundamentada na distinção aristotélica entre *mnèmè*, a memória propriamente dita, e *anamnèsis*, a busca ativa pelas lembranças, Ricoeur sublinha bem que a memória goza da capacidade de produzir reconhecimento, mas que permanece assombrada pelo problema da fidelidade. Por reconhecimento, ele entende a capacidade subjetiva de julgar a adequação de uma memória – “sim, foi isso mesmo” – que, por sua vez, se fundamenta em nada mais que a “imagem-lembrança” por si só. Ora, “mas estamos certos de que qualquer coisa efetivamente aconteceu mais ou menos tal como se propõe ao espírito na lembrança? É bem essa a dificuldade residual” (RICOEUR, 2000, p. 733).⁵⁰ Em que pese que o problema da fidelidade da memória não me parece passível de resolução no terreno da fenomenologia, a questão da representação histórica não se en-

⁴⁸ Texto preparado para a 22ª Conferência Marc Bloch, realizada em junho de 2000, em que Paul Ricoeur era o palestrante convidado, e publicado posteriormente nos *Annales*.

⁴⁹ RICOEUR, Paul. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé*, op. cit., 2000, p. 731 (grifo meu).

⁵⁰ *Ibidem*, p. 733.

contra em águas muito distantes.⁵¹ O próprio Ricoeur se limita a indicar que a representação histórica, através de seu aparato crítico, tem uma “intenção de verdade”, e que as discussões focadas nos instrumentos retóricos da historiografia perdem de vista o papel dessa intenção nas fases arquivística e explicativa da operação historiográfica (RICOEUR, 2000, p. 745).⁵²

Falar em “intenção de verdade” não é tratar de uma tecnicidade, de um aspecto menor do funcionamento do texto histórico. Essa intenção postula o historiador enquanto agente moral e regula todo o protocolo de leitura que rege em grande parte as leituras de seu texto. Ora, considerado enquanto agente moral, eis que o historiador se submete a imperativos de ordem prática: de posse de uma intenção de verdade, não cabe ao historiador produzir seu texto em torno de mentiras.⁵³ E aqui cabe uma definição que frequentemente escapa a muitos colegas: a mentira não se opõe à verdade enquanto valor epistêmico, mas, sim, configura uma categoria ética em que, *sabendo* da inverdade de *p*, um agente moral *ainda assim* afirma que *p* com a intenção de enganar seu interlocutor. Em outras palavras, a “intenção de verdade” designa uma expectativa social de que o texto histórico foi produzido com o intuito sincero de informar e produzir saber verdadeiro.⁵⁴

Confrontando novamente a pergunta inicial a respeito da capacidade de o historiador entregar uma narrativa verdadeira, Ricoeur afirma que “sim, até certo ponto”. Escreve ele que “responder que sim é testemunhar em favor da intencionalidade reguladora da pesquisa histórica: a intenção de visar e, se possível, de acertar aquilo que aconteceu, o evento” (RICOEUR, 2000, p. 745).⁵⁵ Quanto ao *grau* de satisfação, Ricoeur aponta que a resposta está dada em duas dimensões: de um lado, o caráter coletivo da produção historiográfica, que permitiria julgar os sucessos e os limites de cada interpretação histórica; de outro, o esforço reflexivo sobre a própria operação historiográfica,

⁵¹ Ademais, a “dificuldade residual” aludida por Ricoeur é o fundamento de um campo vastíssimo de pesquisa interdisciplinar, entre a psicologia, a filosofia e a neurociência, a respeito da confiabilidade da memória e do valor epistêmico do testemunho.

⁵² RICOEUR, Paul. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé*, op. cit., 2000, p. 745.

⁵³ O que é absolutamente diferente de dizer que documentos forjados sejam desprezíveis (eles não o são), ou que obras de ficção não podem ser transformadas em fontes (não apenas podem como são frequentemente riquíssimas) ou, ainda, que ao historiador não cabem voos interpretativos mais ousados (consideração contingente ao modelo historiográfico escolhido pelo autor).

⁵⁴ Neste sentido, alinhando-nos com as reflexões da epistemologia das virtudes de caráter responsabilista. Ver, por exemplo, ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Virtues of the mind: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.

⁵⁵ RICOEUR, Paul. *L'écriture de l'histoire et la représentation du passé*, op. cit., 2000, p. 745.

em que se colocam em questão conceitos, argumentos e métodos, demonstrando a intenção de verdade da operação (RICOEUR, 2000, p. 746–747).⁵⁶

Todo esse *insight* de Ricoeur tem por pressuposto, portanto, a sinceridade do historiador em sua busca pelo conhecimento; a intenção de verdade do historiador, caráter ético da maquinaria da operação historiográfica, é a fiadora de uma relação de confiança que o leitor estabelece com o texto.⁵⁷

3. Expectativa e confiança: a responsabilidade do historiador

O terreno mais propriamente exploratório começa agora. Vimos, em primeiro lugar, a tensão entre escrita e leitura em Certeau e, em seguida, a definição de um contrato de leitura entre historiador e leitor. No cruzamento dessas reflexões, o que emerge é a figura do historiador enquanto agente moral, bem como a centralidade de duas categorias para a compreensão do funcionamento da verdade do texto histórico: *expectativa* e *confiança*. Em tempo, não se trata tanto de construir uma teoria da leitura da história,⁵⁸

⁵⁶ Ibidem, p. 746–747. Olivier Abel e Sabina Loriga afirmam que em Ricoeur se pode encontrar o “elogio da incompletude”. Ver ABEL, Olivier & LORIGA, Sabina. Introduction. In: ABEL, Olivier; CASTELLI-GATTINARA, Enrico; LORIGA, Sabina; ULLERN-WEITÉ, Isabelle (dir.). *La juste mémoire: lectures autour de Paul Ricoeur*. Genebra: Editions Labor et Fides, 2006, p. 10.

⁵⁷ Neste sentido, entendemos aquilo a que Arthur Assis chamou de “primeira lei da escrita da história”, ou seja, a impossibilidade da mentira no fazer historiográfico. Resta investigar, no entanto, se a interdição da mentira é traço particular da investigação histórica ou se, como me parece mais adequado, a mentira é interdita a toda atividade cognitiva. Ver ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the first law of history writing. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, 2016. *Ahead of print*.

⁵⁸ É preciso deixar claro desde já: uma teoria geral da leitura da história é impossível. Diferentes correntes da crítica literária (*reader-response theory* no mundo anglo-saxão, *Rezeptionsästhetik* na tradição germânica) se debruçaram longamente sobre o assunto nas décadas de 1970 e 1980, sem chegar a uma resposta convincente à objeção de que operavam com um leitor ideal, afastado de suas condições históricas e sociais de leitura (o que não significa, em absoluto, que não sejam abordagens legítimas, nem que tenham desaparecido do campo literário). O próprio Roger Chartier já apontava para esse limite na década de 1980: “Compreender na sua historicidade as apropriações que se apoderam das configurações textuais exige o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstracto tal como o utilizam a fenomenologia e, apesar das aparências, a estética da recepção. Ambas o constroem quer a partir de uma invariância trans-histórica da individualidade, considerada idêntica através dos tempos, quer pela projecção no universal de uma singularidade que é a de um eu ou de um nós contemporâneo”. Cf. CHARTIER, Roger. *Writing the practices*, op. cit., 1998, p. 24–25. E mesmo Jonathan Culler, um dos nomes de maior peso na *reader-response theory* anglo-saxã, reconhece que o leitor de que se trata não se refere ao indivíduo de carne e osso, mas a uma função do discurso. Cf. CULLER, Jonathan. *Readers and reading*. In: Idem. *On deconstruction: theory and criticism after structuralism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983, p. 31–83. Trata-se aqui, enfim, de uma empreitada de natureza distinta daquela empreendida pelas diferentes teorias da recepção.

ou mesmo de questionar a viabilidade da análise do texto histórico em si, mas de afirmar que a tensão entre escrita e leitura da história é indicativa não somente de uma relação cognitiva, mas também de uma relação eminentemente ética entre autor e leitor, em que *expectativa* e *confiança* têm papel fundamental no funcionamento da verdade do texto histórico.

Por expectativa, refiro-me à asserção, materializada no artigo de Ricoeur, de que o leitor *espera* encontrar no texto histórico uma “narrativa verdadeira”. Essa expectativa – certamente ela mesma histórica e socialmente situada – rege os protocolos de leitura, a interação entre leitor e texto, produzindo não apenas uma pré-compreensão, mas uma pré-disposição em relação ao texto que difere daquela dedicada ao texto ficcional. E é nesse ponto que importa o problema da confiança: essa *pré-disposição* do leitor a aceitar como narrativa verdadeira aquilo que se lhe apresenta como tal está intimamente ligada, fundamentada mesmo, à relação de confiança que esse leitor estabelece com o dispositivo “historiografia”. Ora, é apenas na medida em que (1) o historiador é o indivíduo socialmente certificado e legitimado para falar do passado na forma de uma narrativa verdadeira, e (2) que o leitor *reconhece* e *confia* nessa autoridade epistêmica, que o protocolo de leitura pode funcionar em sua plenitude.

Assim, argumento que a expectativa *se funda na* confiança: o leitor espera que o texto histórico seja uma narrativa verdadeira *porque* confia que o historiador é capaz de representar “verdadeiramente” o passado – independentemente do que seja socialmente reconhecido como “representação verdadeira”.

Em sua investigação sobre o papel da confiança na epistemologia social, Gloria Origgi observou que a epistemologia tradicional permaneceu por muito tempo ligada a uma perspectiva individualista em sua definição de conhecimento. Nesse sentido, “ao contrário da opinião, conhecimento ou crença racional deveriam, em última instância, se basear em ideias claras e distintas (Descartes) ou impressões sensoriais (Locke) individualmente obtidas” (ORIGGI, 2004, p. 61).⁵⁹ O problema dessa perspectiva, continua Origgi, é que ela não explica o fato de que boa parte do conhecimento com o qual operamos não vem de uma atividade puramente individual, mas de interações sociais.⁶⁰ E na medida em que precisamos contar com o aspecto social, inter-

⁵⁹ ORIGGI, Gloria. Is trust an epistemological notion? *Episteme*, Cambridge(UK), v.1, n.1, p.61-72, 2004, p.61.

⁶⁰ Todo o campo da epistemologia social se dedica, hoje, a investigar as condições desse tipo de conhecimento proveniente de relações sociais. Vale lembrar, também, que a noção de conhecimento com que trabalham os epistemólogos não se restringe à categoria do conhecimento acadêmico, técnico ou científico.

subjetivo do conhecimento, temos aí uma relação que necessita ser explicitada – afinal, sem pensar os parâmetros pelos quais aquilo que os outros dizem é avaliado, chegaríamos aos polos do ceticismo e da credulidade, em que tudo o que nos dizem seria respectivamente rejeitado ou aceito sem maiores questionamentos. O conceito de confiança permite pensar essa relação.

No que se refere ao problema propriamente histórico do conhecimento, Steven Shapin nos fornece também um bom ponto de partida para pensarmos o problema da confiança. Assim, sobre o caráter coletivo, social do conhecimento, afirmou que “de fato, as próprias identidade e solidariedade da comunidade científica derivam da necessidade dos membros de confiarem uns nos outros, se cada indivíduo for acrescentar ao conjunto de conhecimento crível” (SHAPIN, 1994, p. 19).⁶¹ Ora, ao longo de várias de suas obras, Shapin investigou em detalhes as condições pelas quais certos indivíduos se constituem ou são constituídos enquanto indivíduos capazes de falar a verdade, nos quais seria prudente confiar. A pesquisa científica enquanto instituição social estabelece-se, nesse sentido, sobre as complexas relações entre indivíduos cuja posse de certas disposições os certifica (socialmente) a serem cientistas e essas relações, por sua vez, têm sua fonte de força na possibilidade de confiar no trabalho e na conduta dos colegas.

Vemos, portanto, como a confiança é inseparável dos fundamentos de toda instituição produtora de saber: entre os produtores, a confiança mútua é o que permite produzir novos saberes a partir de proposições coletivamente aceitas; entre o campo dos produtores e o restante do corpo social, a confiança assegura a autonomia do campo científico na medida em que se confia na capacidade de os cientistas produzirem conhecimento.

Gostaria de argumentar que não é diferente com a história. O conhecimento histórico presume a confiança interna ao campo historiográfico, assim como a confiança do corpo social na capacidade de os historiadores produzirem conhecimento. É neste sentido que podemos afirmar que o problema da verdade no texto histórico não pode ignorar, como tem sido feito, o caráter eminentemente ético da maquinaria que produz a verdade em história. Em outros termos, afirmo que a verdade do texto histórico emerge não apenas da capacidade de verificação das frases descritivas ou dos critérios mais ou menos racionais para avaliação das representações históricas, mas também e funda-

⁶¹ SHAPIN, Steven. *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994, p. 19.

mentalmente a partir da relação ética estabelecida entre historiador e leitor, em que a confiança (e, mais à frente, a expectativa) exerce papel fundamental.

Ora, o campo historiográfico enquanto campo mais ou menos autônomo de produção cultural e de saber supõe uma relação de confiança entre seus integrantes: o acúmulo de capital específico e as estratégias dos atores em suas ações de investimento desse capital e mobilidade de posições no campo supõem que os indivíduos (1) estejam aptos a produzir conhecimento histórico e (2) realizem seu trabalho de maneira honesta e sincera. Evidência disso é que apenas raramente um trabalho histórico tem a *credibilidade* de sua análise de fontes questionada, e os debates entre historiadores geralmente se limitam a questões de hermenêutica, ou seja, a discordâncias no que toca à produção de sentido dos elementos factuais. E quando essa credibilidade é abalada, como nos raros casos de falsificação histórica, não apenas o trabalho é levado à suspeição, mas também o próprio indivíduo, enquanto historiador.⁶²

Evidentemente, essa confiança não é cega. Enquanto as ciências da natureza trabalham com a ideia de replicabilidade, as humanidades também possuem seus mecanismos de debate, avaliação e controle – entre os quais a resenha crítica, o parecer *ad hoc* e a crítica de literatura. Nesse sentido, a confiança é de dimensão moral e se refere à conduta (ainda que conduta *epistêmica*) do pesquisador *qua* pesquisador; ela não implica na aceitação dos resultados de sua pesquisa, mas na confiança de que os resultados foram obtidos a partir de trabalho mais ou menos adequado.

Em outro nível, a confiança fundamenta o funcionamento da verdade do texto histórico na medida em que o leitor confia na capacidade de o historiador narrar verdadeiramente o passado. O contrato de leitura *presume* essa relação de confiança e só pode funcionar por conta dela. Essa relação de confiança entre leitor e historiador fundamenta-se, principalmente, em que a figura do historiador está *socialmente credenciada* para produzir discursos verdadeiros sobre o passado. E isso porque, ao menos nas sociedades ocidentais modernas, ele (1) passou por longo processo de subjetivação em que, supõe-

⁶² É ilustrativo lembrarmos aqui do caso dos trabalhos negacionistas – pelo menos nas vertentes que não se limitaram a questionar as narrativas do Holocausto, mas que tentaram empreender um trabalho substantivo e positivo de afirmar, a partir do trabalho documental, que certos documentos permitiriam afirmar que não houve o massacre sistemático e industrial de judeus. Ver também ZUPANOV, Ines G. Forgery and the specter of philology. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 146-159, 2017.

se, internalizou as disposições subjetivas e dominou as técnicas adequadas para realizar seu trabalho, e (2) foi reconhecido por seus pares enquanto tal.⁶⁵

Se lembramos e cruzamos as considerações de Certeau sobre a escrita da história e sobre a leitura, veremos aqui que a confiança emerge da relação complexa entre o funcionamento de um determinado dispositivo produtor de saber (a operação historiográfica), mecanismo produtor de credibilidade e legitimidade, e os protocolos de leitura atuantes no processo de recepção desses produtos culturais que são os textos históricos. Nesse sentido, todo o aparato de cerceamento da leitura instrumentalizado pelo historiador (as notas, as citações, as referências) é mais ou menos eficaz na medida em que a relação de confiança entre o leitor e o campo historiográfico é mais ou menos forte. Isso porque é em função dessa confiança que o leitor pode estabelecer, então, uma expectativa com relação àquilo que se lhe apresenta como texto histórico.

Uma vez que o leitor confia que o historiador (1) é capaz de produzir uma “narrativa verdadeira” sobre o passado e (2) é honesto e sincero na realização de seu trabalho, cria-se uma relação de expectativa que serve como chave de leitura, protocolo cujas regras guiam a relação entre leitor, texto e autor.⁶⁴ Na mesma chave, essa relação de confiança e de expectativa produz uma posição de sujeito moral para o historiador: a possibilidade de ruptura do seu compromisso não se reduz mais apenas à dimensão epistemológica, mas traz também consequências do campo da ética. Assim, ética e epistemologia se interlaçam na medida em que a relação ética estabelecida entre o historiador e seus leitores – leigos ou pares – é condição necessária para qualquer ambição cognitiva do trabalho historiográfico.

⁶⁵ Nesse sentido, os importantes trabalhos de Herman Paul e outros mostram com clareza para a historiografia aquilo que Steven Shapin, Lorraine Daston e Otto Sibum, cada qual à sua maneira, mostraram para a história das ciências: que, ao contrário do que a tradição moderna supôs, continua importante a questão de quem fala, além do conteúdo dessa fala; certos indivíduos passam por processos de subjetivação dos quais emergem como sujeitos capazes de falar a verdade em relação a um domínio específico de saber – o cientista, o historiador etc. Cf. PAUL, Herman. *Performing history...*, op. cit., 2011b; ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. *Inventing the archive...*, op. cit., 2015; HUISTRA, The trial of Henry of Brederode..., op. cit., 2015; SHAPIN, Steven. *A social history of truth...*, op. cit., 1994; DASTON, Lorraine & SIBUM, H. Otto. *Introduction: scientific personae and their histories...*, op. cit., 2005.

⁶⁴ Para uma visada com dados experimentais ver, por exemplo, extensas pesquisas na área de psicologia social sobre o impacto da credibilidade da fonte no processo de persuasão em PORNPITAKPAN, Chanthika. *The persuasiveness of source credibility: a critical review of five decades' evidence. Journal of Applied Social Psychology*, Hoboken, v. 24, n. 2, p. 243–281, 2004.

4. Considerações finais

Em que pese a antiguidade da preocupação de historiadores e filósofos com o problema da leitura em si, que frequentemente redundou na construção de receitas de leitura, prescrições ancoradas em figuras de leitores ideais (como bem observou Fernando Nicolazzi),⁶⁵ pouco ou nada se falou sobre como a margem mais ou menos estreita de apropriação do leitor afeta o funcionamento da pretensão de verdade do texto histórico. Um motivo talvez evidente seja a dificuldade de coletar, organizar e analisar indícios relativos à leitura de maneira sistemática, como já observaram tantos pesquisadores na história e na sociologia da leitura, ou no campo dos estudos literários.⁶⁶

No entremeio das considerações de Michel de Certeau sobre a escrita da história e a leitura enquanto atividade produtiva, apoiados pela observação sagaz de Paul Ricoeur, temos as bases para a investigação proposta: a análise dos mecanismos atuantes na relação estabelecida entre leitores de textos históricos e historiadores-autores. Se para a epistemologia tradicional – e para boa parte do campo da teoria da história até hoje – a verdade do texto histórico parece ser uma propriedade exclusiva do texto *qua* representação do passado, gostaria de investir em uma direção distinta.⁶⁷ Entender o funcionamento do texto histórico na tensão entre as estratégias autorais de delimitação de sentido e construção referencial (notas, citações, aporte documental) e as vicissitudes da leitura nos permitirá entender melhor a produção da verdade não mais apenas do ponto de vista epistemológico ou cognitivo, mas da relação ética que se estabelece entre autor e leitor de um texto de história.

Ora, afirmar o lugar do historiador enquanto sujeito moral, logo, responsável e responsabilizável, reenquadra as discussões sobre a “função social” desses historiadores na medida em que desloca o problema da verdade da epistemologia individualista para a fronteira entre a epistemologia social

⁶⁵ NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história?..., op. cit., 2010.

⁶⁶ Por exemplo: “Se o desafio de encontrar evidências recuperáveis suficientes é considerável em pesquisas sobre leitura contemporânea, o é duplamente em períodos históricos anteriores e mais remotos”. Cf. TOWHEED, Shafquat & OWENS, W. R. Introduction. In: Idem (ed.). *The history of reading, vol. 1: International perspectives, c. 1500-1990*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011, p. 2. O próprio projeto de história da leitura capitaneado por Roger Chartier opera mais em torno das diferentes técnicas de edição e circulação do que com leituras propriamente ditas. Como Certeau já havia observado, a leitura é “uma produção que não deixa marcas”.

⁶⁷ Sem pretender dizer, com isso, que a dimensão epistemológica é dispensável. Longe disso, o argumento é justamente o de que as dimensões ética e epistemológica do funcionamento do texto histórico estão imbricadas e são igualmente importantes.

e a ética. Mais ainda, tal mudança de foco deve nos permitir entender melhor e, eventualmente, responder às demandas impostas pela emergência midiática da “pós-verdade” e dos “*alternative facts*”, uma vez que fornece as ferramentas para analisar o funcionamento de discursos com pretensões de verdade nas próprias relações intersubjetivas. Finalmente, situar o historiador como agente moral, e o funcionamento da verdade histórica na divisa entre a epistemologia e a ética, acrescenta uma nova linha ao debate do historiador enquanto *expert*, enquanto figura socialmente autorizada e credenciada para falar do passado.

Em suma, encarar a operação historiográfica nesse terreno ainda nebuloso entre a teoria do conhecimento e a filosofia moral promete trazer questionamentos importantes para aqueles que desejam entender melhor como historiadores e textos de história são capazes de produzir verdades. Entre a escrita e a leitura da história, já é hora de situarmos as relações de confiança e expectativa que ligam leitor, historiador e verdade histórica.

Referências bibliográficas

- ABEL, Olivier & LORIGA, Sabina. Introduction. In: ABEL, Olivier; CASTELLI-GATTINARA, Enrico; LORIGA, Sabina; ULLERN-WEITÉ, Isabelle (dir.). *La juste mémoire: lectures autour de Paul Ricoeur*. Genebra: Editions Labor et Fides, 2006, p. 9–15.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *Narrative logic: a semantic analysis of the historian's language*. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012.
- ASSIS, Arthur Alfaix. Objectivity and the first law of history writing. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, 2016. *Ahead of print*.
- BERRY, Stephan. On the problem of laws in nature and history: a comparison. *History and Theory*, Middletown, v. 38, n. 4, p. 122–137, 1999.
- BEVIR, Mark. *The logic of the history of ideas*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999.
- CARR, David. Narrative and the real world: an argument for continuity. *History and Theory*, Middletown, v. 25, n. 2, p. 117–131, 1986.
- CARRARD, Philippe. History and narrative: an overview. *Narrative Works*, Fredericton, v. 5, n. 1, p. 174–196, 2015.
- CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. Writing the practices. *French Historical Studies*, Durham, v. 21, n. 2, p. 255–264, 1998.
- CERTEAU, Michel de. Une épistémologie de transition – Paul Veyne. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 27, n. 6, p. 1317–1327, 1972.

- CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990. Folio Essais. (Há edição brasileira)
- CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2002a. Folio Histoire. (Há edição brasileira)
- CERTEAU, Michel de. *Histoire et psychanalyse: entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 2002b. Folio Histoire. (Há edição brasileira)
- CULLER, Jonathan. Readers and reading. In: Idem. *On deconstruction: theory and criticism after structuralism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983, p. 31–83.
- DANTO, Arthur. Narrative sentences. *History and Theory*, Middletown, v. 2, n. 2, p. 146–179, 1962.
- DASTON, Lorraine & GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.
- DASTON, Lorraine & LUNBECK, Elizabeth (org.). *Histories of scientific observation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- DASTON, Lorraine & SIBUM, H. Otto. Introduction: scientific personae and their histories. *Science in Context*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1–8, 2003.
- DRAY, William. *Laws and explanation in history*. Oxford (UK): Oxford University Press, 1957.
- ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Inventing the archive: testimony and virtue in modern historiography. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 8–26, 2013.
- ESKILDSEN, Kasper Risbjerg. Relics of the past: antiquarianism and archival authority in enlightenment Germany. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 68, n. 2, p. 69–81, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France (1977–1978). Paris: Gallimard; Seuil, 2004a. (Há edição brasileira)
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, II. 1976–1988. Paris: Gallimard, 2004b.
- GALLIE, Walter Bryce. The historical understanding. *History and Theory*, Middletown, v. 3, n. 2, p. 149–202, 1963.
- GRAFTON, Anthony. *The footnote: a curious history*. Cambridge (US): Harvard University Press, 1999.
- HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge (US): Harvard University Press, 1999.
- HAMMER, Carl. Explication, explanation, and history. *History and Theory*, Middletown, v. 47, n. 2, p. 183–199, 2008.
- HARDING, Jennifer Riddle. Reader response criticism and stylistics. In: BURKE, Michael (ed.). *The Routledge handbook of stylistics*. London: Routledge, 2014, p. 68–84.
- HEMPEL, Carl. The function of general laws in history. *Journal of Philosophy*, New York, v. 39, n. 2, p. 35–48, 1942.
- HUISTRA, Pieter. The trial of Henry of Brederode: historians, sources and location under discussion in 19th-century historiography. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 50–66, 2013.
- ISER, Wolfgang. *The act of reading: a theory of aesthetic response*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

- ISER, Wolfgang. *Prospecting: from reader response to literary anthropology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- JAUSS, Hans Robert. *Toward an aesthetic of reception*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- KRUGLANSKI, Arie; RAVIV, Amiram; BAL-TAR, Daniel; RAVIV, Alona; SHARVIT, Keren; ELLIS, Shmuel; BAR, Ruth; PIERRO, Antonio; MANNETTI, Lucia. Says who?: epistemic authority effects in social judgment. In: ZANNA, Mark (ed.). *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 37. San Diego: Elsevier Academic Press, 2005, p. 345-392.
- LEURIDAN, Bert & FROEYMAN, Anton. On lawfulness in history and historiography. *History and Theory*, Middletown, v. 51, n. 2, p. 172-192, 2012.
- LORENZ, Chris. History and theory. In: SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (ed.). *The Oxford History of Historical Writing: historical writing since 1945*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011, p. 13-35. (The Oxford History of Historical Writing, vol. 5).
- MAILLOUX, Steven. The turns of reader-response criticism. In: MORAN, Charles & PENFIELD, Elizabeth (ed.). *Conversations: contemporary critical theory and the teaching of literature*. Urbana: National Council of Teachers of English, 1990.
- MINK, Louis. The autonomy of historical understanding. *History and Theory*, Middletown, v. 5, n. 1, p. 24-47, 1966.
- MINK, Louis. History and fiction as modes of comprehension. *New Literary History*, Baltimore, v. 1, n. 3, p. 541-558, 1970.
- MINK, Louis. Narrative form as a cognitive instrument. In: CANARY, Robert & KOZICKI, Henry. *The writing of history: literary form and historical understanding*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.
- NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 523-545, 2010.
- NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 63-77, 2013.
- OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 170-183, 2016.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. *Lusíada*, Lisboa, n. 9/10, p. 191-207, 2013.
- ORIGGI, Gloria. Is trust an epistemological notion? *Episteme*, Cambridge (UK), v. 1, n. 1, p. 61-72, 2004.
- PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge (UK): Polity Press, 2011a.
- PAUL, Herman. Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. *History and Theory*, Middletown, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011b.
- PAUL, Herman. The scholarly self: ideals of intellectual virtue in nineteenth-century Leiden. In: BOD, Rens; MAAT, Jaap; WESTSTEIJN, Thijs (ed.). *The making of humanities: from early modern to modern disciplines*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012, p. 397-411.

- PAUL, Herman. The heroic study of records: the contested persona of the archival historian. *History of the Human Sciences*, Durham (UK), v. 26, n. 4, p. 67–83, 2013.
- PAUL, Herman. What is a scholarly persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. *History and Theory*, Middletown, v. 53, n. 3, p. 348–371, 2014.
- PAUL, Herman. The virtues and vices of Albert Naudé: toward a history of scholarly personae. *History of Humanities*, Chicago, v. 1, n. 2, p. 327–338, 2016.
- PEPLOW, David & CARTER, Ronald. Stylistics and real readers. In: BURKE, Michael (ed.). *The Routledge handbook of stylistics*. London: Routledge, 2014, p. 440–454.
- POCOCK, John Greville Agard. *Politics, language, and time: essays on political thought and history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1989 [1971].
- PORNPITAKPAN, Chanthika. The persuasiveness of source credibility: a critical review of five decades' evidence. *Journal of Applied Social Psychology*, Hoboken, v. 24, n. 2, p. 243–281, 2004.
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983. 3 volumes. (Há edição brasileira)
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 55, n. 4, p. 731–747, 2000a.
- RICOEUR, Paul. *L'histoire, la mémoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000b. (Há edição brasileira)
- ROTH, Paul. Varieties and vagaries of historical explanation. *Journal of the Philosophy of History*, Leiden, v. 2, n. 2, p. 214–226, 2008.
- SAPIRO, Gisèle. The sociology of reception. In: SCHILDGEN, Brenda Deen & HEXTER, Ralph (ed.). *Reading the past across space and time: receptions and world literature*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
- SHAPIN, Steven. *A social history of truth: civility and science in seventeenth-century England*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- SHAPIN, Steven. *The scientific life: a moral history of a late modern vocation*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, Middletown, v. 8, n. 1, p. 3–53, 1969.
- TOLLEBEEK, Jo. "Turn'd to dust and tears": revisiting the archive. *History and Theory*, Middletown, v. 43, n. 2, p. 237–248, 2004.
- TOWHEED, Shafquat & OWENS, W. R. Introduction. In: Idem (ed.). *The history of reading*, vol. 1: International perspectives, c. 1500–1990. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.
- WALSH, William Henry. Truth and fact in history reconsidered. *History and Theory*, Middletown, v. 16, n. 4, p. 53–71, 1977.
- WHITE, Hayden. The burden of history. *History and Theory*, Middletown, v. 5, n. 2, p. 111–134, 1966.
- WHITE, Hayden. Interpretation in history. *New Literary History*, Baltimore, v. 4, n. 2, p. 281–314, 1973.
- WHITE, Hayden. The question of narrative in contemporary historical theory. *History and Theory*, Middletown, v. 23, n. 1, p. 1–33, 1984.

- ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Virtues of the mind: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.
- ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. *Epistemic authority: a theory of trust, authority, and autonomy in belief*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012.
- ZUPANOV, Ines G. Forgery and the specter of philology. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 146–159, 2017.

Recebido: 01/02/2018 – Aprovado: 13/09/2018